

POLÍTICA E ESTRATÉGIA¹

Carlos Meira Mattos

Segundo Maurice Duverger, a Política para uns, é a ciência do Estado, enquanto para outros é a ciência do Poder. Tal dicotomia, para nós, não existe de forma nítida. O poder é inerente ao Estado, tanto assim, que o Estado inexistente sem o poder.

Buscando conceitos entre os nossos pensadores da Ciência Política ou da Ciência do Estado, encontramos que Themístocles Cavalcanti diz que a “Ciência Política trata dos fenômenos que se enquadram na organização, na estrutura, no funcionamento do Estado e no exercício do poder”.

A Estratégia é uma decorrência da Política, razão porque para conceituá-la devemos antes conceituar a Política. Esta é a arte ou ciência de governar. É a concepção de como governar o Estado. A Estratégia é a arte de executar a Política. Compreende a ação, ou as ações, necessárias para alcançar os objetivos da Política. Resumindo diríamos: Política é a concepção de governo e Estratégia é a ação decorrente desta concepção. Política é o que fazer; Estratégia, como fazer.

Neste quadro de conceitos vamos incluir a Geopolítica e a Geoestratégia. A primeira é uma parte da Ciência Política inspirada nas realidades geográficas do Estado. A Geoestratégia é a Estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela Geopolítica (às áreas consideradas críticas).

Sendo a Estratégia a aplicação de uma Política, haverá uma Estratégia para cada Política Geral (Nacional), Psicossocial e Militar. Sendo a guerra, segundo conceito de inúmeros autores, a Política impulsionada na busca de seus objetivos por meios violentos (Montesquieu, Rousseau, Clausewitz, Jomini, Mahan, Mackinder, Lenine), a Estratégia Militar é a arte de conduzir a Guerra.

1 Este artigo foi publicado originalmente de: MATTOS, Carlos de Meira. *Estratégias militares dominantes*: sugestões para uma estratégia militar. Rio de Janeiro: Bibliex, 1986. p. 7-20. A ausência de algumas referências ou a presença incompleta tributa-se ao texto matriz, o qual não se deve alterar.

Considerando a Estratégia decorrência de uma concepção política, assim a compreendendo, podemos afirmar que a Política escolhe objetivos para atender aos interesses do Estado (ou da aliança de Estados) e a Estratégia seleciona meios e estabelece prioridades para alcançar esses objetivos.

Houve época em que se fazia confusão sobre a relação de interdependência entre Política e Estratégia. Desde o início do século XIX, essa confusão não é mais aceitável. Senão, vejamos o pensamento dos principais mestres da Estratégia. Não há dúvida de que foram Clausewitz no século XIX, Liddell Hart e Beaufre no século XX. O primeiro teve como campo de observação as inovações trazidas ao campo da Estratégia pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Sua genialidade está em ter sabido sintetizar e traduzir em ideias gerais as constantes estratégias produzidas por essa época de inovações no campo de guerra; inovações relacionadas muito mais ao âmbito das transformações políticas e à genialidade de Bonaparte do que à evolução da técnica de produção de engenhos bélicos.

Liddell Hart, participante da Grande Guerra e da II Guerra Mundial, retirou das observações colhidas nos campos de batalha desses dois conflitos maiores os ensinamentos que soube traduzir numa doutrina estratégica lógica e coerente.

O general Beaufre colocou no quadro da Estratégia moderna os efeitos de uma nova e terrível arma – a bomba atômica, a arma nuclear.

Desejando apoiar o nosso conceito inicial de que a Estratégia é uma decorrência da Política, vamos alinhar alguns pensamentos desses três clássicos da Estratégia.

- Clausewitz - “A guerra é a continuação da Política por outros meios.”

- Liddell Hart - “A melhor Estratégia é aquela que atende ao objetivo político por meio de hábeis demonstrações de força, pela mobilidade, eventualmente sem travar a batalha.”

- General Beaufre - “A guerra total é concebida em nível de Política governamental, que fixa os domínios das Estratégias militar, política, econômica e diplomática.”

Assim estabelecidos os campos doutrinários da Política e da Estratégia moderna, baseados no pensamento dos três mestres que mais se distinguiram no estudo da Estratégia nesses últimos 200 anos, faremos algumas considerações que nos darão uma visão mais ampla do campo de estudo da Estratégia militar contemporânea.

Desde o início, observamos que a palavra estratégia, de origem grega – *estratego, era o general grego comandante de exércitos* –, do ponto de vista semântico vem evoluindo através dos tempos. Antes do século XVIII, esta palavra se referia sempre à arte dos generais, tinha um sentido puramente militar.

A partir da Revolução Francesa de 1793 e das campanhas napoleônicas que se seguiram, as guerras que até então eram objeto de decisões fechadas de gabinetes e dependentes da capacidade dos tesouros reais em contratar exércitos mercenários, formados muitas vezes por profissionais estrangeiros, transformaram-se em guerreiros nacionais, com o povo em armas e a participação de toda a Nação. Essa transformação política e social levou Clausewitz a escrever: “As coisas mudaram com a eclosão da Revolução Francesa [...]”

Uma nova força que ninguém antes poderia imaginar fez sua aparição em 1793. A guerra repentinamente transformou-se numa preocupação do povo inteiro, e de um povo de 30 milhões de habitantes referindo-se à França. A participação do povo na guerra fez entrar a Nação inteira em um jogo que antes era objeto de preocupação apenas do gabinete e de exércitos mercenários. Desde aí, deixou de haver limites para a guerra. Antecipava Clausewitz os conceitos de guerra total que 100 anos mais tarde foram teorizados pelo general alemão Ludendorf.

A guerra nacional, envolvendo a nação inteira na sorte de conflitos bélicos, produziu uma generalização do conceito de estratégia que de arte de conduzir as batalhas passou a ser a arte ou ciência de conduzir a nação para a vitória. É o próprio Clausewitz quem antecipa essa evolução do conceito de estratégia quando escreve: “A guerra não mais pertence ao domínio das artes ou das ciências, mas se relaciona com a existência social. Ela é um conflito entre grandes interesses decididos pelo derramamento de sangue. Parece-se mais com a Política.”

Destes pensamentos de Clausewitz, que viveu alguns anos na Rússia Imperial onde teve uma cátedra de Professor em Ciência Política e Estratégia, Lenine extraiu o seu conceito de guerra permanente. Parafraseando Clausewitz, Lenine escreveu sua célebre frase de que “a Política é a continuação da guerra por outros meios”.

Como o próprio Clausewitz previra, no futuro haveria, além da estratégia militar, estratégias correspondentes aos campos de generalização do conflito bélico – político, econômico, social e outros.

No pensamento militar moderno predominam três escolas principais sobre a Estratégia: estratégia de ação direta, estratégia de ação indireta, estratégia de dissuasão.

Cada uma dessas escolas tem o seu pensador principal. Clausewitz é o preconizador da primeira, Liddell Hart da segunda e o general Beaufre da terceira.

Embora Clausewitz tenha falecido em 1831, Liddell Hart em 1970 e o general Beaufre em 1975, distanciados no tempo de um século e meio, as ideias de Clausewitz continuam atuais e, em grande parte, foram adotadas pelo grande pensador contemporâneo Raymond Aron. A este respeito vale aqui reproduzirmos o conceito do militar francês, coronel Guy Doly, Professor da Escola de Guerra, no seu livro *Strategie France Europe*: “Fora do acontecimento extraordinário que constituiu o aparecimento da arma nuclear em 1945, nada realmente de novo aconteceu no campo da Estratégia.”

Segundo Karl von Clausewitz, no seu livro clássico *Da guerra*, “o objetivo político da guerra é destruir as forças militares do inimigo e conquistar o seu território”. Como Estratégia militar para alcançar este objetivo político, o escritor alemão prescreve – “travar a batalha, não há outro meio”. Como princípios estratégicos do pensamento de Clausewitz, encontramos: “concentrar as forças e lançá-las contra a massa principal do inimigo, de sorte a chegar à decisão pela batalha, se possível em uma só ação e um só momento”. É a chamada Estratégia de ação direta, contra as forças principais do inimigo (o seu centro de gravidade), realizando, se possível, a surpresa estratégica. Estudando as campanhas de Napoleão, Clausewitz

seleciona como fatores de surpresa estratégica a mobilidade, a velocidade, as ações diversionárias e a divulgação de informações falsas, visando a iludir o inimigo sobre o ponto de aplicação do golpe decisivo.

Analisando a aplicação dos princípios estratégicos de Clausewitz na guerra contemporânea, o coronel Guy Doly, já citado, argumenta que no quadro do conflito militar moderno, entre as superpotências e as grandes potências, o chamado conflito Leste-Oeste, em que se confrontarão as forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e do Pacto de Varsóvia, o objetivo de destruição das forças inimigas e ocupação de seu território, buscando o seu centro de gravidade, não parece mais real, porque isto imporá um preço excessivo que nenhum dos contendores tem condições de pagar. Vamos ver, quando analisarmos a Estratégia de ação direta, esta impossibilidade com os meios bélicos atuais que possuem ambos os lados rivais, de se chegar a uma destruição maciça, como defende Clausewitz, sem incorrer no risco certo da destruição mútua. A resposta será tão violenta e mortífera como o ataque.

Fora do quadro do conflito Leste-Oeste, nas guerras locais e regionais, na chamada guerra convencional, poderemos, até certo ponto, considerar válidos os princípios estratégicos clausewitzianos, desde que um dos lados seja capaz de concentrar superioridade de meios e aplicá-los de surpresa no centro de gravidade dos dispositivos de forças inimigas.

Passaremos agora a analisar as ideias principais de outro clássico da estratégia, o inglês Liddell Hart, que, ao contrário de Clausewitz, é o defensor da chamada *Estratégia de ação indireta*, uma variante da estratégia de ação direta.

Liddell Hart foi o primeiro autor a integrar os conhecimentos das duas guerras (de 1914-1918 e de 1939-1945). Os dois fatores que mais influíram nas operações terrestres nesses dois conflitos e vieram a influir na estratégia contemporânea foram o emprego do avião e do carro de combate, emprego experimental na Grande Guerra e maciço na Segunda Guerra Mundial. Dessas inovações da tecnologia e da indústria bélica, o escritor inglês tirou duas conclusões estratégicas: da importância da aproximação indireta e da mobilidade na manobra estratégica.

A Primeira Guerra Mundial, de que Liddell Hart foi testemunha, fora um massacre de quase quatro anos numa guerra imobilizada de trincheiras. Morreram 10 milhões de homens de ambos os lados. A chegada de meio milhão de norte-americanos, em 1917, comandados pelo general Pershing, conseguiu desequilibrar o impasse estratégico dando superioridade de meios aos aliados e obrigando os alemães de Guilherme II, o Kaiser, a procurar um armistício.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcou os primeiros ensaios de emprego da telegrafia, dos submarinos, do carro de combate e do avião. Estes dois últimos, ainda rudimentares, de reduzido peso e raio de ação, não foram instrumentos suficientes a alterar o impasse de equilíbrio estratégico que imobilizara os *fronts*. Mas, o desenvolvimento da tecnologia na fabricação de aviões e carros de combate mudou o ambiente estratégico da Segunda Guerra Mundial, iniciada propriamente com a invasão da Polônia em 1939. A *blitzkrieg* alemã contra a França composta por enorme massa de carros blindados, apoiada por densas nuvens de aviões de combate, abriu o quadro estratégico característico desse conflito mundial.

A Segunda Guerra Mundial caracterizou-se como uma guerra de movimento. A ideia de imobilizar as frentes de combate nas fronteiras, por meio das posições superfortificadas, as famosas linhas Siegfried (alemã) e Maginot (francesa), revelaram-se vã ilusão estratégica e desperdício. Em toda parte, no Pacífico, no Atlântico, na África do Norte, no continente europeu, o que caracterizou a guerra foram os movimentos estratégicos de grande envergadura, como as operações anfíbias na invasão do Norte da África, da Sicília, do Sul da França e da Normandia, reunindo imensa massa de meios marítimos, aéreos e terrestres, e, também, as operações dos exércitos no Norte da África e na Europa. Nenhuma barreira física ou humana foi capaz de conter por muito tempo o poder de choque das massas de blindados, seguidas de forças motorizadas e apoiadas pela aviação de acompanhamento ao combate e de bombardeio. A observação aérea e a mobilidade facultavam a realização da surpresa estratégica sobre um flanco ou retaguarda.

Este quadro de guerra de 1939-1945 enriqueceu os conhecimentos estratégicos de Liddell Hart, que se tornou o principal analista e escritor militar de sua época. Sobreviveu por 25 anos ao final da última Guerra Mundial e durante esse período acompanhou atentamente o vertiginoso desenvolvimento da tecnologia militar e sua aplicação no campo da Estratégia. Produziu vários livros sobre a Estratégia militar, até a sua morte.

Na síntese de suas apreciações no pós-guerra de 1939-1945, Liddell Hart oferece-nos suas conclusões que contrariam os princípios fundamentais da Estratégia da ação direta de Clausewitz que, como vimos, preconizava “atacar com superioridade de forças e a violência máxima a massa principal das forças inimigas, procurando, para esta ação, a surpresa estratégica”.

Liddell Hart, no seu livro sobre Estratégia, editado em 1954, contraria o pensamento de Clausewitz e propõe como nova estratégia, a *ação indireta* que pode ser assim traduzida:

A Estratégia mais conveniente é a que permite conduzir a batalha da maneira mais vantajosa e muitas dessas condições vantajosas, se aplicadas, poderão conduzir ao desequilíbrio das forças do inimigo com um mínimo de combate; em síntese, a Estratégia perfeita será obter a decisão pela derrota do inimigo e sua rendição sem combate.

A Estratégia de ação indireta, assim exposta, procura tirar o máximo proveito da mobilidade, da velocidade e da surpresa oferecidas pela tecnologia militar moderna para desequilibrar a estrutura do dispositivo inimigo.

E, numa quase obsessão de virtuosidade estratégica, imagina até derrotar as forças militares inimigas pela simples manobra estratégica.

É interessante observar-se neste ponto de nossas considerações que Lenine, um discípulo de Clausewitz em assuntos estratégicos, colocando o seu ingrediente político-revolucionário na Estratégia, já havia escrito: “A melhor Estratégia consiste em retardar o início das operações militares até que a desagregação moral do inimigo nos permita, facilmente, desferir-lhe o golpe mortal.”

“No conceito de Lenine, encontra-se a semente da chamada guerra revolucionária, que será objeto de nossa atenção em seguida, e que visa a minar o moral do inimigo, “atuando essencialmente sob sua mente, através da propaganda, dos atos de terrorismo e de intimidação”.

É interessante notar, também, que os conceitos estratégicos de ação indireta de Liddell Hart tiveram como precursores o chinês Sun Tzu (500 anos antes de Cristo) e seus discípulos contemporâneos Mao Tsé-Tung e o general vietnamita Giap.

Vale a pena, aqui, reconstituirmos a influência de Sun Tzu e de Mao Tsé-Tung, o primeiro precursor e o segundo grande mestre da Estratégia de ação indireta.

O clássico de Sun Tzu, *A Arte da Guerra*, foi escrito nos últimos anos do século VI antes de Cristo. Consta que o autor o ofereceu ao Rei Ho-lu, da dinastia Wu. Sua difusão no Ocidente deve-se ao Padre Amiot, um jesuíta missionário em Pequim. A tradução do Padre Amiot foi divulgada em Paris em 1772. Assim, podemos dizer que a teoria estratégica de Sun Tzu é inteiramente diversa ao pensamento estratégico de Clausewitz, que teve predominante influência na Europa a partir dos anos do lançamento de sua obra clássica *Von Keiege*, 1832, até hoje.

Sun Tzu considerava a guerra “um assunto de vital importância para o Estado”, exigindo, por isto, acurado estudo e análise. Ele nos oferece a primeira tentativa conhecida de formular uma doutrina estratégica, baseada em planejamento e em princípios de conduta das operações. Acredita que um estrategista deve ser capaz de submeter as forças inimigas sem engajá-las na batalha, de ocupar as suas cidades sem necessidade a um cerco destruidor e de derrubar seu governo sem batalhas sangrentas.

Sun Tzu estava convencido de que a Estratégia envolve uma habilidade manobreira mais do que o choque de forças. A superioridade numérica, por si só, não representava vantagem. Considerava Sun Tzu que os fatores morais, intelectuais e circunstanciais são mais importantes no confronto de exércitos do que fatores da força física e aconselhava os reis e comandantes a não se iludirem com a superioridade física de seu poder militar. O escritor militar chinês não concebia a guerra em termos de mas-

sacre e destruição. O verdadeiro objetivo estratégico, dizia, é conquistar o território e as forças inimigas intactas, ou tão intactas quanto possível.

Acreditava Sun Tzu que o planejamento estratégico meticuloso, baseado na informação correta sobre o inimigo, era fator que contribuía para uma decisão militar rápida. Ele sempre levava em conta os efeitos da guerra sobre a economia e, indubitavelmente, foi o primeiro a observar a inflação dos preços inevitável durante as guerras. Afirmava: “Nenhum país é beneficiado pela guerra prolongada.” Preocupava-se com os problemas logísticos de apoio ao exército.

Sobre as qualidades de um bom general dizia: “Boa moral, emocionalmente sereno, controlado de atitudes, conhecedor da influência dos fatores, do terreno e das condições climáticas sobre a manobra estratégica.” Antes da abertura das hostilidades, Sun Tzu aconselhava o lançamento de atividades clandestinas no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias.

Os princípios de *Guerra Revolucionária* nós os encontramos inicialmente na concepção de Sun Tzu. Como vimos, o estrategista chinês – o mais antigo mestre da Estratégia de ação indireta – aconselhava a, antes do início das atividades bélicas, e também durante elas, infiltrar-se no interior do país inimigo, espalhando boatos falsos e informações contraditórias, buscando enfraquecer o seu moral e a sua vontade de resistir. É a ação sobre a mente do inimigo.

Mao Tsé-Tung foi o principal discípulo de Sun Tzu. Nascido em 1893, Mao Tsé-Tung absorveu as ideias políticas de Marx e Engels, quando ainda muito jovem, assistente da Biblioteca da Universidade de Pequim. Em 1920, era já um comunista acabado. Desde este momento lançou-se à grande missão de sua vida – criar uma nova China baseada nas ideias políticas de Marx e Engels. Crescendo na hierarquia do comunismo chinês, Mao Tsé-Tung tornou-se, ao mesmo tempo, um teórico da guerra revolucionária e um general combatente incansável na luta contra as forças do Exército Nacionalista de Chiang Kai-Chek.

Mao Tsé-Tung, partindo dos conceitos básicos de Sun Tzu desenvolveu uma estratégia, uma tática e uma logística para a guerra. Suas teo-

rias impressionaram Lenine e foram incorporadas pelos soviéticos que as utilizam como um dos mais eficazes instrumentos de agressão aos países que pretendem conquistar ou neutralizar no quadro do conflito mundial. Atualmente, vemos a guerra revolucionária em pleno desenvolvimento; particularmente no Afeganistão e na América Central.

Em um dos seus livros, em 1937, disse Mao Tsé-Tung: “A primeira lei da guerra é preservar nossas forças e destruir as forças do inimigo.” Do ponto de vista estratégico, Mao concebeu esta forma de guerra como passando por fases sucessivas através das quais ela vai aumentando sua área de influência e o grau de submissão da Nação atacada.

A primeira fase é dedicada à organização, consolidação e preservação de uma base regional. A segunda fase visa à progressiva expansão dessa base. A terceira fase é a fase da decisão, quando a destruição e a conquista da Nação são objetivadas.

Quanto às táticas que Mao Tsé-Tung aconselha, acompanhando essas três fases da manobra estratégica da guerra revolucionária, destacaremos: a primeira fase (de organização, consolidação, preservação de uma base regional). Tal fase compreende as seguintes ações:

- escolher o local para a base em região isolada e de difícil acesso;
- organizar um centro de treinamento de voluntários, agitadores e propagandistas;
- espalhar propagandistas entre a população próxima à base, a fim de persuadir e convencer os habitantes, transformando-os em adeptos da causa revolucionária; e
- em consequência, criar em volta de cada base um cinturão protetor de simpatizantes em condições de assegurar o recrutamento de homens, a coleta de informações e o suprimento de alimentos.

O processo a desenvolver nessa fase é essencialmente conspiratório, clandestino, metódico e progressivo. As operações militares só são admitidas eventual e esporadicamente.

Na segunda fase (de expansão da base) a ação direta assume um papel cada vez mais relevante. As práticas mais usadas são:

- atos de sabotagem e terrorismo;
- sequestros de colaboracionistas e reacionários;
- ataques de surpresa a postos isolados da política ou do Exército e apropriação de armas e recursos logísticos.

O objetivo procurado nessa fase, além da expansão da área de influência pela propaganda, o terror e a intimidação, é a apropriação de armas, explosivos, dinheiro, material de saúde e equipamentos de comunicação. As ações são praticadas por guerrilhas que vão se tornando cada vez mais adestradas e melhor equipadas.

Os habitantes das áreas envolvidas são submetidos à constante propaganda para aderirem à causa revolucionária e dar a ela as características do movimento de massa.

A terceira fase (fase da decisão, ou destruição do inimigo) como se vê, dependerá do êxito alcançado nas fases anteriores. A teoria de Mao Tsé-Tung, para esta fase, prevê que as guerrilhas já consolidadas se integrem num exército revolucionário capaz de desafiar o inimigo (as forças do Estado) em combates do estilo guerra convencional. Esta fase deve ser prolongada por negociações, com postura de ameaça militar, durante as quais as forças revolucionárias aproveitam para melhorar suas posições (no campo militar, político, social e econômico). Durante as negociações, pouca ou nenhuma concessão deve ser esperada do comando das forças revolucionárias, cujo único objetivo é criar pelo cansaço, pelo jogo de impasses sucessivos, melhores condições para garantir sua unidade e garantir o processo vitorioso de sua causa.

O sucesso da “guerra de guerrilhas”, como usualmente é chamada a guerra revolucionária, a partir da segunda fase, depende essencialmente da montagem de uma boa rede de informações que assegure sempre às forças revolucionárias conhecimento preciso sobre as atividades e possibilidades das forças governamentais e lhes permita tirar a máxima vantagem das ações de surpresa.

No tocante à logística das guerrilhas, é o próprio Mao quem diz em sua teoria que a “guerrilha não tem retaguarda”. Seus suprimentos devem ser retirados da própria área envolvida. O inimigo deve ser a principal fonte

de recursos em armas, equipamentos e munição. Ele mesmo escreveu certa ocasião: “Eu tenho pedidos de suprimentos aos arsenais de Londres assim como aos de Hanyang e, o que é mais importante, esses pedidos nos são entregues pelas unidades de transportes do inimigo que assaltamos.”

O pior é que não se tratava de uma brincadeira de Mao, mas de uma crua verdade. Vários comboios de armas e de suprimentos destinados ao Exército Nacionalista de Chiang Kai-Chek caíram inteiros em mãos das forças de Mao, vítimas de ataques de surpresa, muitas vezes em convivência com elementos nacionalistas adesistas.

Com a explosão das duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, houve um tremendo impacto no campo da Estratégia militar. Surgia uma nova arma de poder destruidor e mortífero nunca antes imaginado e contra a qual não se vislumbrava nenhum recurso de defesa. A ameaça de guerra nuclear como que paralisou, por algum tempo, a mente dos estrategistas militares.

Inicialmente, o monopólio da bomba nuclear esteve com os Estados Unidos. Em 1949, a União Soviética explode sua primeira bomba atômica, pondo fim a esse monopólio. Passa a haver uma resposta estratégica para a bomba atômica – a represália nuclear. Começa a escalada atômica. Estados Unidos e União Soviética aumentam seu arsenal e repetem suas explosões em campos de prova afastados da Sibéria e em ilhas do Pacífico.

O crescimento dos arsenais apavora a humanidade, ante o perigo de uma hecatombe de dimensões mundiais. A antiga bomba atômica, de fissão nuclear, é substituída por outra muito mais poderosa, de fusão nuclear – a bomba de hidrogênio.

Ao mesmo tempo as superpotências – Estados Unidos e União Soviética – colocam sua tecnologia e indústria a serviço dos vetores de transporte das bombas: é a corrida dos mísseis que de continentais passam a intercontinentais e hoje exploram o espaço sideral alcançando outros planetas.

É, neste quadro de engenhos nucleares fabricados aos milhares, cada vez mais potentes e mortíferos, e de mísseis transportadores de raio de ação ilimitado e também cada vez de maior precisão, que surge a Estratégia de dissuasão do general francês Beaufre.

Segundo o general Beaufre, sintetizador brilhante de Estratégia da guerra total de nossa época, “a Estratégia é a arte da dialética das vontades empregando a força para resolver seus conflitos. É a vontade dos homens, a vontade dos povos, e ainda hoje é necessário que eles tenham vontade de combater e vencer”.

Sobre a guerra nuclear escreve Beaufre que a dissuasão nuclear é a Estratégia que visa a paralisar o inimigo pelo risco de ser destruído pela represália nuclear. É a situação que estamos vivendo atualmente. Os arsenais nucleares acumulados pelos Estados Unidos e União Soviética (e os mísseis que possuem) criam o ambiente paralisante da autodestruição do atacante. Como o objetivo político da guerra é a vitória e não a autodestruição, aí se encontra o efeito paralisante da Estratégia de dissuasão nuclear do general Beaufre.

Mas o General Beaufre, em sua estratégia de guerra total, não se fixa apenas nos aspectos no conflito nuclear. Ele escreve:

A dissuasão nuclear, paralisando o conflito bélico, deixa uma margem muito estreita de liberdade de ação estratégica: aquela que é explorada pela Estratégia soviética sobre a comunidade mundial. A ação política e econômica, a utilização de movimentos revolucionários e mesmo conflitos locais que procuram escapar à paralisia imposta pela dissuasão nuclear.

Estamos hoje diante de um novo quadro da guerra, a chamada guerra das estrelas, cuja tecnologia e estratégia advêm dos progressos alcançados nos campos de emprego dos mísseis, dos satélites e, particularmente, do raio *laser*. Julgam os técnicos e estrategistas norte-americanos do Strategic Defense Initiative que é possível assegurar a proteção estratégica do território norte-americano por meio de um sistema de estações emissoras de raio *laser*, estações de terra e em satélites, capaz de desintegrar em órbita os mísseis atacantes e as cabeças nucleares.

Esse é o assunto de maior atualidade e também o mais polêmico no quadro da mais moderna Estratégia militar.

A Estratégia militar contemporânea – de ação direta, de ação indireta em cujo contexto se inclui a guerra revolucionária e a dissuasão nuclear – pode ser aplicada a qualquer forma com que venha se apresentar a guerra moderna: a convencional; a nuclear; e a revolucionária.

Os novos conflitos bélicos têm como tendência, se forem locais, desenvolverem-se num quadro misto de guerra convencional e guerra revolucionária, sucessivas ou paralelamente. Se forem gerais, envolvendo países comprometidos no confronto Leste-Oeste, Pacto de Varsóvia e OTAN, poderão combinar as três formas de guerra acima citadas, devendo o emprego da arma nuclear realizar-se ou no chamado ambiente tático-operacional, o que será mais provável, ou, em caso desesperador, de forma ilimitada, provocando a horrível hecatombe que todos procuram evitar.

A divergência entre a direção política e o comando militar dos conflitos bélicos surgiu de maneira evidente no decorrer da Primeira Grande Guerra. Na Europa, até a Guerra Franco-Prussiana de 1870, o costume corrente era os reis e príncipes governantes assumirem simultaneamente o comando das operações militares. A publicação das obras de Clausewitz e sua leitura mal feita permitiram que se afirmasse, durante quase 100 anos, que o pensador prussiano preconizava que “uma vez declarada a guerra, a direção cabe aos soldados e marinheiros e os políticos passam para o segundo plano até a vitória (ou derrota)”. Várias gerações de chefes militares foram educadas sob a inspiração desta equivocada interpretação das ideias clausewitzianas. Justamente um dos pontos mais importantes do pensamento do escritor prussiano é a necessidade de submeter o objetivo militar ao objetivo político.

Diz o marechal inglês Michael Carver, em seu livro crítico sobre os generais das guerras deste século, *The war lords*, que a dimensão da guerra se alterou profundamente a partir do conflito de 1914-1918. O grande passo do desenvolvimento tecnológico manifestou-se amplamente nesse conflito, abrangendo toda a vida e atividades do Estado-Nação. Deixou a guerra, a partir daí, definitivamente, de ser um fenômeno militar para transformar-se num problema político dos mais graves.

O marechal Carver analisa, no livro citado, a incidência simultânea por ocasião da Grande Guerra, de dois tipos de problemas: o despreparo dos chefes militares incapazes de se adaptarem às novas condições do conflito, muito mais amplo em sua abrangência e atropelados que foram pelo aparecimento de novas técnicas e novas armas que se impunham no campo de batalha ao lado das antigas, antes mesmo que eles pudessem se familiarizar com suas peculiaridades de emprego; ao mesmo tempo, viam-se em dificuldade em aceitar a separação que, agora, se impunha nítida, entre a direção política da guerra e o comando militar,

Antes, na última experiência de guerra maior, em 1870, os prussianos e franceses foram comandados por seus governantes, Guilherme I e Napoleão III, respectivamente. Já na Grande Guerra, após um começo desastroso ao lado dos aliados ocidentais, resultante de discrepâncias sobre o limite de responsabilidades sobre a direção política da guerra, o presidente Clemenceau e o primeiro-ministro Lloyd George assumiram plenamente esta direção, não sem que os comandantes-em-chefe, respectivamente generais Joffre e John French, demonstrassem suas reações. Esses desentendimentos que marcaram o primeiro ano da Primeira Grande Guerra ficaram na crônica com as seguintes frases de controvérsia do presidente Clemenceau – “a guerra é coisa muito séria para ser dirigida pelo militares”; do general Joffre: “a política de guerra é coisa muito séria para ser dirigida pelos políticos.”

Não há dúvida que foi o aparecimento, no cenário militar, dos aviões de combate, veículos motorizados, rádio, telefone, submarino, novos explosivos, guerra química e a exigência de enorme suporte de mobilização humana e industrial que provocou um novo desmoronamento do fenômeno bélico; isso se deu nitidamente no conflito de 1914-1918; em particular, as inovações técnicas, no setor de comunicações – telefone, telégrafo e rádio –, revolucionaram os conceitos então existentes, relativos à capacidade de comando no espaço e no tempo. Deixava a guerra, efetivamente, de ser um problema predominantemente militar.

O período de entreguerras, 1919-1939, assistiu aos progressos extraordinários da tecnologia das novas armas; algumas, apenas ensaiadas na Grande Guerra, assim também como os avanços na área das comunicações elétricas, eletrônicas e do radar.

Ao eclodir a Segunda Guerra Mundial, do lado ocidental não havia mais dúvida de que o poder político deveria exercer a plenitude de suas responsabilidades, fixando os objetivos da guerra. Aos comandos militares caberia conduzir a Estratégia militar, em terra, mar e ar. Vemos a direção política da guerra exercida por estadistas, Churchill, Roosevelt e Stalin. Hitler pretendeu reunir em suas mãos o comando político e militar, gerando constantes conflitos internos que a História registra e a derrota embalsama.

Mas, foi também na Segunda Guerra Mundial que se firmou o princípio de comando único do nível estratégico de forças combinadas* (Exército, Marinha e Aeronáutica). Por ocasião da Grande Guerra, somente no final, em 1918, os aliados ocidentais chegaram a um acordo para constituir o Comando Supremo das Forças Interaliadas; a escolha recaiu sobre o general francês Ferdinand Foch. Essa necessidade – o comando único das forças armadas –, sentida desde os primeiros dias da campanha, teve que vencer inúmeros preconceitos para ser implantada.

Já ao começarem as operações principais da Segunda Guerra Mundial, o princípio do comando único de forças internacionais estava consolidado. O general Dwight Eisenhower o exerceu com grande proficiência e habilidade. Consolidava-se ao mesmo tempo a aceitação de dois princípios: do supremo comando único interaliado e dos comandos estratégicos combinados* (Exército, Marinha e Aeronáutica), integrados sob mesma direção militar, nos vários teatros de operação e áreas de defesa.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Penser la guerre: Clausewitz*. Paris: Gallimard, 1976

BEAUFRE, André. *An introduction to strategy*. New York: Praeger, 1966.

CLAUSEWITZ, Karl Von. *On war*. London: Penguin Books, 1968.

JOMINI, Antoine Henri. *Precis de l'art de la guerre*. Paris: Gallimard, 1838.

LENINE, Wladimir Ulianov. *State and revolution*. Moscou: s.n., 1918.

LIDDELL, Hart B. H. *As grandes guerras da história*. São Paulo: IBRASA, 1954.

MAHAN, Alfred T. *The influence of the sea power*. Boston: Little Brown, 1949.

* A Doutrina atual refere-se a essas atividades como Forças Conjuntas ou Comandos Conjuntos.